

Criação de empregos é prioridade

O convênio de cooperação técnica assinado entre os governos, no início de setembro, tem como finalidade a regularização de terras no Distrito Federal e a implantação de políticas habitacionais de interesse entre as partes, inclusive em relação a atividades econômicas vinculadas aos respectivos empreendimentos.

Para isso, foi criado um Comitê Gestor formado por cinco representantes de cada governo, que irá coordenar os grupos de trabalho. Nesses primeiros seis meses, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) será a gestora do comitê.

Segundo o porta-voz do governo, Paulo Fona, a escolha da quarta área foi feita em consenso com o governo federal e não irá atrapalhar o andamento do processo de regularização de outras áreas. O secretário de Ciência e Tecnologia, Izalci Lucas, esclareceu que o convênio selado entre os governos é amplo, e trata de sustentabilidade social e de desenvolvimento econômico. Sobre a questão da prioridade de interesses, ele disse que "não existe mais nada prioritário no GDF do que a geração de empregos".

Celso Carvalho, diretor de Assuntos Fundiários e Urbanos do Ministério das Cidades, explica que o objetivo do convênio é garantir as ações prioritárias e avançar em outras questões de governo. "Isso não impede que sejam criadas outras soluções habitacionais".

CÂMARA - O assessor de Gabinete da Secretaria de Patrimônio da União, Paulo Valério Silva, disse que a regularização dos condomínios e a liberação de novas áreas para moradia prosseguirá paralelamente à legalização da Cidade Digital. "O GDF nos

sensibilizou sobre a importância desse processo", diz.

À frente da polêmica, está a liberação da área da Cidade Digital, que é vinculada a aprovação do projeto de lei que amplia o Parque Nacional de Brasília, que está na pauta de votação da Câmara dos Deputados desde julho. A proposta exclui uma área do parque, onde será construído o pólo tecnológico. Um dos intuitos de incluir a Cidade Digital no convênio é que as bases de governo agilizem o trâmite do projeto. E acelerar a aprovação do licenciamento ambiental no Ibama.